



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

Comissão de Legislação Participativa

AUTOR:

SINDICATO NACIONAL DOS ANALISTAS E TÉCNICOS DE
FINANÇAS E CONTROLE – UNACON SINDICAL

DATA DE ENTREGA

22/04/2013

EMENTA:

“Sugere a realização de audiência pública para debater os 10 anos de existência da Controladoria-Geral da União (CGU)”.

DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO/VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: ____/____/____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: ____/____/____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: ____/____/____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: ____/____/____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: ____/____/____ Presidente: _____

PARECER:

DATA DE SAÍDA



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 68/2013
CADASTRO DA ENTIDADE

Denominação: Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle – UNACON Sindical

CNPJ: 03.659.042/0001-27

Tipos de Entidades: () Associação () Federação (x) Sindicato

() ONG () Confederação () Outros (Instituto)

Endereço: SHCN 110, Bloco C, Loja 69/79 – Brasília

Cidade: Brasília **Estado:** DF **Cep:** 70.753-530

Fone: (61) 2107-5000 **Fax.:** (xx)

Correio-eletrônico: unacon@unacon.org.br

Responsável: Luiz Militino de Vasconcelos - Presidente

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a documentação especificada nas alíneas “I” e “II” do art. 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa, do Instituto supramencionado, encontra-se regularizada até a presente data e arquivada nesta Comissão à disposição de qualquer interessado.

Brasília/DF, 22 de abril de 2013.


Claudio Ribeiro Paes
Secretário

Of. DEN nº 047/2013

Brasília, 19 de abril de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Federal Lincoln Portela
Presidente da Comissão de Legislação Participativa - CLP
Câmara dos Deputados
Brasília - DF

Assunto: Solicitação de Audiência Pública

Excelentíssimo Senhor Deputado,

1. Cumprimentando-o, retomamos assunto tratado na manhã desta quinta-feira, em Vosso gabinete parlamentar, relativo à necessidade de audiência pública para fazer um balanço dos 10 anos de existência da Controladoria-Geral da União (CGU).
2. Instituída pela Lei nº 10.683, de 28/5/2003, a CGU é responsável por funções relativas à defesa do patrimônio público e ao fomento à transparência da gestão, por meio de atividades de auditoria e fiscalização, correição, ouvidoria, prevenção e combate à corrupção. Atua, ainda, na articulação de organismos internacionais contra a corrupção no âmbito da OCDE, ONU e OEA.
3. Somente em 2012, a título exemplificativo, o Órgão organizou e coordenou a realização de dois grandes eventos inéditos no país. Em maio, a I CONSOCIAL – Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, que envolveu 2.750 municípios e contou com cerca de 2.000 participantes de todo o Brasil. Em novembro, a 15ª IACC – International Anti-Corruption Conference, com representantes de cerca de 140 países.
4. Além disso, na última década elevaram-se exponencialmente as atividades do Órgão, como a avaliação de programas de governo, operações especiais, auditorias de recursos externos e análise de demandas como denúncias e requisições oriundas dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, da Polícia Federal, dos Tribunais

my

de Contas e membros do Congresso Nacional, dentre outros. Somem-se, ainda, as responsabilidades decorrentes da implantação da Lei de Acesso à Informação – LAI.

5. Não obstante tão elevadas responsabilidades, o principal o Órgão de Controle do Executivo Federal passa por injustificadas restrições orçamentárias e de pessoal, o que prejudica sobremaneira o desempenho de sua missão institucional. Reduzem-se investimentos em tecnologia e capacitação, e diminui-se a força de trabalho empregada nas atividades referidas.

6. Com efeito, o Decreto nº 4.321, de 5/8/2002, que dispõe sobre a Carreira de Finanças e Controle, criada pelo Decreto-Lei nº 2.346, de 23 de julho de 1987, foram transferidos para o Quadro de Pessoal da Controladoria-Geral da União 3.000 cargos de Analista de Finanças e Controle (AFC) e 2.000 cargos de Técnico de Finanças e Controle (TFC). No entanto, metade desse total não está preenchida, pois existem atualmente 2.559 cargos vagos.

7. Dessa forma, justifica-se plenamente a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Legislação Participativa – CLP, de maneira a aprofundar o debate público sobre o cumprimento da missão institucional da CGU, seus erros e acertos nesses 10 anos de existência. Sugerimos, em alusão à data de instituição do Órgão, que tal audiência seja realizada no dia 28 de maio de 2013.

8. Desde já, colocamo-nos à disposição para auxiliar a organização do evento, para o qual sugerimos convite à entidades da sociedade civil (MCCE, AMARRIBO, UNASUS, SINDILEGIS, AUDICAIXA, FONACATE, Contas Abertas, Transparência Brasil, dentre outras), a representantes da própria CGU e do Tribunal de Contas da União, ao CONACI, assim como a parlamentares identificados com a causa da prevenção e do combate à corrupção.

9. Certos de Vossa compreensão, antecipadamente agradecemos.

Atenciosamente,



Rudinei Marques
Presidente do UNACON Sindical